

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Pacote fiscal e venda de dólares seguram o câmbio

Depois de uma semana tensa, em que o dólar bateu todos os recordes, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) com novas regras para o abono salarial e que prorroga a desvinculação de receitas da União, pela Câmara, e dois leilões extraordinários de dólares no mercado à vista, num total de US\$ 8 bilhões, promovidos pelo Banco Central, jogaram a cotação da moeda americana para baixo, domando o mercado.

O BC fez seis intervenções no mercado de câmbio em uma semana. Na abertura de ontem, o dólar chegou a alcançar o patamar de R\$ 6,30. No fim da tarde, graças às decisões do Congresso e à firme intervenção do BC, o dólar à vista fechou a sessão com queda de 2,29%, a R\$ 6,1243 na venda. Já o Ibovespa encerrou o pregão com alta 0,34%, a 121.187,91 mil pontos.

Na quarta-feira, o BC já havia vendido US\$ 3 bilhões, mas o impasse na votação do ajuste fiscal pela Câmara e uma trapalhada do próprio Ministério da Fazenda, que anunciou um leilão de recompra de títulos, levaram o mercado a dobrar a aposta contra o real. Nesse dia, o Tesouro Nacional não vendeu títulos da dívida e recomprou apenas 10% do volume proposto em papéis já emitidos no leilão extraordinário de títulos prefixados com juros semestrais (Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F).

A proposta de recompra de NTN-F de 4 milhões de papéis, distribuídos nos mesmos vencimentos, mandou sinais trocados para o mercado. Enquanto o BC queimava US\$ 3 bilhões para segurar o dólar, o Tesouro anunciava a intenção de injetar mais dinheiro no mercado, com a recompra dos títulos. Apenas 10% da oferta foi aceita, no valor de R\$ 340,8 milhões, 100 mil papéis para cada prazo, a taxas de 15,47% (jan/29), 15,170% (jan/31), 14,84% (jan/33), 14,71% (jan/35). Resultado: o mercado ignorou as intervenções do BC, que enxugou gelo, e a especulação levou a melhor.

Na terça-feira, o BC já havia feito dois leilões, aceitando o total de quase US\$ 3,3 bilhões. Na segunda-feira, vendera US\$ 1,623 bilhão e, na última sexta-feira, US\$ 845 milhões. Os dois leilões desta quinta-feira foram a maior venda de dólares em um único dia da série histórica do BC, iniciada em 1999, quando o câmbio flutuante foi adotado no país. Ontem, na abertura, a moeda dos EUA chegou a atingir a marca de R\$ 6,2955, às 10h11, mesmo após o leilão de US\$ 3 bilhões promovido pelo BC. Entretanto, com o novo leilão de US\$ 5 bilhões, no começo da tarde, o dólar começou a cair.

O DÓLAR CHEGOU A R\$ 6,2955, ÀS 10H11, MESMO APÓS O LEILÃO DE US\$ 3 BILHÕES PROMOVIDO PELO BC. NOVO LEILÃO DE US\$ 5 BILHÕES FEZ A MOEDA AMERICANA CAIR

Abono e Fundeb

A aprovação da PEC do pacote de corte de gastos obrigatórios do governo pela Câmara serviu para reduzir as incertezas em relação ao ajuste fiscal, ainda que tenha sofrido alterações, por um placar de 348 votos a favor e 146 contra. No primeiro turno, foram 354 votos a favor, 154 contra e duas abstenções. O pacote precisa ser aprovado pelo Senado, que começou a apreciá-lo na noite de ontem.

Foram rejeitados dois destaques, relacionados às mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). A PEC altera o abono salarial, que passará a ser reajustado pela inflação e não pelo aumento real do salário mínimo, e prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Nas negociações, pressionado pelo Judiciário, o governo aceitou a flexibilização do dispositivo que estabelece o teto dos salários dos servidores públicos em R\$ 44 mil. Para evitar a derrota da PEC, o governo concordou com que o relator do texto na Câmara, Moses Rodrigues (União Brasil-CE), enfraquecesse as verbas que podem ficar fora do teto de supersalários de R\$ 44 mil. No lugar da lei complementar sobre verbas autorizadas a ficar fora do teto, o dispositivo será regulamentado por lei ordinária, que exige maioria simples.

Apesar do avanço, o pacote aprovado é considerado, pelos analistas econômicos, insuficiente para garantir o equilíbrio fiscal. O acesso ao abono salarial, uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores de baixa renda, exigirá que o trabalhador tenha recebido dois salários mínimos do ano-base (R\$ 2.640).

Atualmente, o abono é pago anualmente, no valor de até um salário mínimo, a trabalhadores que receberam até dois salários mínimos no ano-base do abono e trabalharam com carteira assinada por ao menos 30 dias no ano-base. A mudança representará uma economia de R\$ 100 milhões em 2025; que subirá para R\$ 600 milhões, em 2026; e R\$ 2 bilhões, em 2027.

Uma nova categoria para contabilizar a contribuição da União ao Fundeb também foi criada. A mudança no fundo teria o impacto de R\$ 4,8 bilhões, em 2025, porém, devido às alterações na proposta original, a economia será menor.

PODER

Operação da PF mira uso de cota parlamentar

Corporação faz buscas em endereços ligados a assessores dos deputados Carlos Jordy e Sóstenes Cavalcante, ambos do PL, em investigação de suposto desvio de recursos

» JÚLIA PORTELA
» IAGO MAC CORD*

A Polícia Federal fez buscas, ontem, em endereços ligados a assessores dos deputados federais Carlos Jordy (PL-RJ) e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). A corporação investiga suspeita de desvio de cota parlamentar. As ações foram autorizadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

Os seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Rio de Janeiro, em Tocantins e no Distrito Federal. A operação apura crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As investigações apontam para a existência de um esquema criminoso caracterizado pela interação entre os setores público e privado, no qual agentes públicos e empresários teriam estabelecido um acordo ilícito para o desvio de recursos públicos provenientes de cotas parlamentares.

A operação foi batizada de Rent a car, em referência aos elementos centrais das investigações e às práticas ilícitas identificadas até o momento. O nome alude

Saiba mais

Locadora de veículos

» A Harue Locação de Veículos Ltda., empresa alvo de operação da Polícia Federal, recebeu R\$ 841,9 mil de cota parlamentar entre 2015 e 2024. A corporação suspeita que a locadora foi usada para emitir notas falsas e simular contratos de prestação de serviços usados para desviar recursos da Câmara dos Deputados.

» Desse valor, cerca de dois terços (66%) foram

provenientes de dois parlamentares: Carlos Jordy (PL-RJ) e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Juntos, eles gastaram R\$ 557,4 mil do benefício. Os assessores de ambos foram alvo de busca e apreensão da PF ontem.

» Sóstenes e Jordy contratam serviços dessa empresa desde o primeiro ano em que se tornaram deputados federais (2015 e 2019, respectivamente). Sóstenes desembolsou R\$ 299,4 mil e Jordy, R\$ 258 mil.

diretamente ao modus operandi dos suspeitos, que teriam usado uma empresa de locação de veículos para simular contratos de prestação de serviços.

Em reação à operação, o deputado Sóstenes Cavalcante afirmou que aluga um carro Corolla da mesma empresa, desde 2016, pelo valor mensal de R\$ 4,5 mil. O parlamentar disse ter conversado com os alvos da ação da PF, que negaram qualquer envolvimento com contratos ilícitos.

“Não tenho por que demitir ninguém até que se prove algum ilícito. Eu não contrato quem presta serviço, isso é trabalho do gabinete. A única coisa que eu peço é: ‘Procurem o preço mais barato’. Até que me provem alguma suspeita, sempre me prestaram relevante serviço”, frisou.

O parlamentar acrescentou: “Não tenho nada a temer. Não faço nada de errado com cota parlamentar e não há nenhum ilícito no meu mandato. Quero

Atos golpistas

É a segunda operação da PF que atinge o deputado Carlos Jordy. No início deste ano, ele foi um dos alvos da Operação Lesa Pátria, que investiga suspeitos de participarem dos atos golpistas do 8 de Janeiro. Os agentes fizeram buscas no gabinete e na casa dele.

acreditar que esse tipo de investigação não seja nenhum tipo de **perseguição** política, porque, se for, só tenho a lamentar”.

Jordy, por sua vez, usou o plenário da Câmara para se defender. Ele alegou sofrer perseguição da esquerda. “A irresponsabilidade do STF, deste governo e da PF, que se tornou a Gestapo desse consórcio, faz com que eu, assim como outros deputados aqui, sejamos perseguidos de forma implacável”, declarou.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Carlos Jordy alegou ser vítima de perseguição da esquerda; Sóstenes Cavalcante negou ter cometido algum ilícito com a cota parlamentar

Justiça revoga prisão de “rei do lixo”

Sacola de dinheiro

Antes de ser preso pela PF, na semana passada, o vereador tentou se livrar do dinheiro que mantinha em casa. Ele jogou uma sacola com cédulas pela janela. Na sacola, segundo a PF, havia R\$ 220 mil. Ele declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio de R\$ 213 mil

manutenção da custódia cautelares”, diz um trecho da decisão.

Risco

A desembargadora usa outros argumentos garantistas. Ela afirma, por exemplo, que as principais provas do inquérito já teriam sido obtidas pela Polícia Federal, “de modo a diminuir consideravelmente o risco de eventual perda”.

“As cautelares são sempre regidas pelo princípio da instrumentalidade, já que viola o estado de liberdade de uma pessoa que ainda não foi julgada e que tem a seu favor a presunção constitucional de inocência”, segue a magistrada.

A Polícia Federal investiga, na Operação Overclean, indícios de desvios em contratos fechados

por prefeituras em Tocantins, Bahia, Amapá, Rio de Janeiro e Goiás. Os investigadores analisam o material apreendido para verificar se há políticos e agentes públicos, incluindo parlamentares federais, envolvidos nas fraudes.

Primo do deputado federal Elmar Nascimento, líder do União Brasil na Câmara dos Deputados, o vereador Francisquinho Nascimento é suspeito de receber propina de R\$ 100 mil para direcionar contratos da prefeitura de Campo Formoso. Ele foi secretário-executivo municipal.

Já o empresário é apontado como um dos líderes do esquema. A PF afirma que ele tem uma ampla rede de contatos e influência política que usaria para facilitar o andamento de contratos superfaturados.

» PGR favorável à soltura de Daniel Silveira

A Procuradoria-Geral da República (PGR) emitiu um parecer favorável à soltura do ex-deputado federal Daniel Silveira (sem partido-RJ) ontem. A decisão para a liberdade condicional do ex-parlamentar, preso preventivamente desde fevereiro de 2023, depende do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a PGR, Silveira já cumpriu mais de um terço da pena que foi imposta pelo STF, que o condenou a 8 anos e 9 meses de prisão, em 2022, por ameaçar o Estado Democrático de Direito e coagir o andamento do processo investigatório.